

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*  
Antonio Manoel dos Santos Silva

*Diretor-Presidente*  
José Castilho Marques Neto

*Assessor Editorial*  
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Conselho Editorial Acadêmico*  
Aguinaldo José Gonçalves  
Álvaro Oscar Campana

Antonio Celso Wagner Zanin  
Carlos Erivany Fantinati  
Fausto Foresti

José Aluysio Reis de Andrade  
Marco Aurélio Nogueira

Maria Sueli Parreira de Arruda  
Roberto Kraenkel  
Rosa Maria Feltreiro Cavalari

*Editor Executivo*  
Túlio Y. Kawata

*Editoras Assistentes*  
Maria Aparecida F. M. Bussolotti  
Maria Dolores Prades

10 ANOS  
Editora  
UNESP

SOBRE AS NAUS DA INICIAÇÃO  
ESTUDOS PORTUGUESES  
DE LITERATURA E HISTÓRIA

---

CARLOS ALBERTO IANNONE  
MÁRCIA V. ZAMBONI GOBBI  
RENATA SOARES JUNQUEIRA  
ORGANIZADORES

A querida Maria Helena,  
integrante desta venturosa  
Com gratidão e um grande  
abraço.  
Renata 25/9/98

Editora  
UNESP  
FUNDAÇÃO

QUADROS, A. *Fernando Pessoa, a obra e o homem*. Lisboa: Arcádia, s. d. 2v.

SERRÃO, J. (Dir.) *Dicionário de história portuguesa*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s. d.

SIMÕES, J. G. O mito do Quinto Império; Mensagem perdida. In: \_\_\_\_\_. *Vida e obra de Fernando Pessoa*. Amadora: Bertrand, 1954. p.633-62.

TELMO, A. *História secreta de Portugal*. Lisboa: Vega, 1977.

## QUINTO IMPÉRIO E PARUSIA

MARIA HELENA NERY GARCEZ<sup>1</sup>

“Esperar por D. Sebastião  
Quer venha ou não!”  
Não é uma rima  
É uma solução.

Fernando Pessoa-Ele-Mesmo a propõe no poema “Liberdade”, datado de 16.3.1935, a menos de um ano de seu falecimento. Transcrevo-o, para recapitulá-lo, pois que é breve:

LIBERDADE

(Falta uma citação de Sêneca)

Ai que prazer  
Não cumprir um dever,  
Ter um livro para ler  
E não o fazer!  
Ler é maçada.

<sup>1</sup> Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – São Paulo – SP.

Estudar é nada.  
O sol doira  
Sem literatura.

O rio corre, bem ou mal,  
Sem edição original.  
E a brisa, essa,  
De tão naturalmente matinal,  
Como tem tempo não tem pressa...

Livros são papéis pintados com tinta.  
Estudar é uma coisa em que está indistinta  
A distinção entre nada e coisa nenhuma.

Quanto é melhor, quando há bruma,  
Esperar por D. Sebastião,  
Quer venha ou não!

Grandê é a poesia, a bondade e as danças...  
Mas o melhor do mundo são as crianças,  
Flores, música, o luar, e o sol, que peca  
Só quando, em vez de criar, seca.

O mais do que isto  
É Jesus Cristo,  
Que não sabia nada de finanças  
Nem consta que tivesse biblioteca...

(Pessoa, 1972, p.188)

Por mais que o tom do poema seja humorístico penso que isto não quer dizer que o ortônimo esteja brincando. Mesmo na estrofe de encerramento do poema, onde o *humor* (talvez fosse até mais apropriado dizer *bom humor*) chega ao ápice, parece-me que ele é veículo de seriedade. É como se fosse inadequado para um homem de gênio, em seu contexto histórico e intelectual, fazer de modo sério ou de modo direto tal profissão de fé. Talvez julgasse que, sob forma jocosa ou velada, ela seria mais eficaz porque mais aceitável. E ainda: depois que Luís de Camões encerrara o soneto “Verdade, Amor, Razão, Merecimento” com o verso “mas o melhor de tudo é crer em Cristo” (Camões, 1973, p.199), como é que o *Supra-Camões* iria limitar-se a repeti-lo?

“Liberdade” situa-se, no *Cancioneiro*, entre os poemas finais, vizinho de alguns dos mais conhecidos poemas esotéricos. Esotérico não se pode dizer que ele o seja, embora o conselho: “Esperar por D. Sebastião, / Quer venha ou não!”. O poema esotérico na obra pessoana não admite humor, pois não precisa dele: o próprio esoterismo serve-lhe de salvo-conduto. De qualquer modo, incluindo “Liberdade” no contexto do ortônimo, que é igualmente o autor de *Mensagem*, de “À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais” e do [*Quinto Império*], não posso deixar de pensar que nele manifestam-se convicções do eu-lírico que, adiantando-se a possíveis críticas e críticos, dribla-as pelo riso. Não esquecer que “Liberdade” é do mesmo ano da refacção do poema [*Quinto Império*], datado de 1923-1935. O ortônimo ri: então seu sebastianismo já não aparece como ingênuo e o mesmo se aplica à sua adesão a Jesus Cristo... Também sob esta luz cai bem ao poema em questão o título “Liberdade”, da qual ele é, efetivamente, uma afirmação.

Continuando a refletir sobre o poema, voltemo-nos para os versos da estrofe quinta, quando, referindo-se ao sol, o eu-lírico diz: “que peca / Só quando, em vez de criar, seca”. Ele tem presente a *reversibilidade* do real – *neutralidade*, também seria um nome possível. O sol pode criar mas também secar, propiciar a vida bem como destruí-la. A mesma realidade tem uma pluralidade de efeitos que podem até mesmo chegar a ser antitéticos.

O atributo de reversibilidade que, no poema, é predicado acerca do sol, não tem porque ser restrito apenas a ele; a reversibilidade é predicado de outras realidades, se não o for de todas, quer sejam de ordem física quer de ordem espiritual. Salientar essa polaridade de efeitos não é exclusividade de Fernando Pessoa. Desde os alvares da lírica portuguesa, encontramos, por exemplo, no trovador Martim Soares, um verso de um seu cantar de amor, em que, dirigindo-se à sua dama, reconhece: “pois meu mal é quanto bem vós avedes” (Soares apud Nunes, 1970, p.158). O que dizer, então, dos poetas barrocos? Dos títulos de dois conhecidos romances de Camilo Castelo Branco, fazendo *pendant*: *Amor de perdição* e *Amor de salvação*?

Acontece que Fernando Pessoa se mostra muito sensível para esse modo de ser das realidades mundanas, e já aponte isso no

texto *Mensagem*: profissão de fé poética (Garcez, 1994). Nele, parti da oração epítética encontrada mais de uma vez na *Iliada*: “a nau que navega nos dois sentidos”, considerando esse epíteto uma intuição extraordinária do épico grego acerca da possibilidade de reversão, intrínseca às realidades. Parece querer significar que nada tem mão única.

Lendo *Mensagem* a essa luz, chamei a atenção para várias ocorrências de reversões identificadas pela voz épica pessoana, que me pareceram significativas, e no presente texto, desejo dar alguma continuidade a essa linha de reflexão, partindo dos emblemáticos versos de “O Infante”:

Deus quis que a terra fosse toda uma,  
Que o mar unisse, já não separasse.

(Pessoa, 1993, p.47)

A unificação da terra aparece como desígnio divino (*Deus quis*) e o povo português como o povo escolhido para dominar o mar e assim reverter a separação por ele operada.

O instrumento escolhido, e por isso sagrado, para criar as condições necessárias à efetivação desse projeto foi o Infante D. Henrique; graças à sua atuação *cumpriu-se o Mar*. O eu-épico, ao longo do poema, grafa duas vezes “mar” com minúscula e, só no penúltimo verso, com maiúscula, talvez porque, depois da execução dos projetos do Infante, o Mar já está revertido ou, dizendo melhor, redimido.

O resultado do querer de Deus, do sonho humano e do nascer da obra foi a reversão de um dos maiores obstáculos físicos para a unidade entre os homens, e a sagração do Mar passa a ser indicada pela maiúscula. O Mar cumpriu-se, o que pode entender-se: o Mar foi salgado palmo a palmo pelos incontáveis trabalhos dos portugueses que o cruzaram, das incontáveis mães que choraram, dos incontáveis filhos que em vão rezaram, das incontáveis noivas que ficaram por casar. Para salgar o Mar foi preciso uma paixão de Portugal. Daí compreender-se que o Mar seja chamado Português: ele foi *comprado por um preço magno*. O Mar salgado e também sagrado, por vontade de Deus, é perigo e é

abismo, mas é também espelho do céu. O que pode destruir também pode engrandecer.

No poema “A Cabeça do Grypho/ O Infante D. Henrique”, os dois últimos versos dizem:

O único imperador que tem, deveras,  
O globo mundo em sua mão.

(Pessoa, 1993)

Américo da Costa Ramalho (1962), em artigo sobre o poema, já apontara o duplo significado de *mundo*, enriquecendo nossa leitura com a possibilidade de também significar *limpo, perfeito, intacto, completo*. Penso que, a essas possibilidades, deveríamos acrescentar ainda a de revertido ou restituído à sua primitiva condição de uno, a de redimido e, portanto, de sagrado. O demônio da separação que afastava os homens e impedia-os de conhecerem-se e de reconhecerem-se, de unirem-se, foi *causalmente* vencido. A vitória exigiu uma paixão e a restituição da unidade *não se deu como ato*: o mundo não voltou a ser um único continente, *pangéia*. O que se conquistou foi a possibilidade de singrar todos os mares e de a unidade poder ser reconstruída mediante o ato de navegar. Este é uma espécie de remendo na *physis*, que conserta, que contorna esse obstáculo, esse desconcerto da divisão.

Um mundo potencialmente uno; antes das Navegações portuguesas não o era. Uma unidade trabalhosa, poderíamos assim chamá-la, uma unidade a que se pode ter acesso mediante o suor do rosto, um remendo na geografia deste mundo decaído, mas, mesmo assim unidade, bendita porque unidade, sagrada. Na visão mística do poema a Obra da Redenção deu um importante passo à frente como fruto do empreendimento do povo português; neste sentido as Navegações foram um empreendimento messiânico, bem como é messiânico o povo que as levou a efeito.

O Infante D. Henrique, embora tenha sido o homem por meio do qual a escravidão reapareceu no mundo moderno, não é visto como tal. A voz épica omite suas intervenções funestas na História; é intencionalmente cega para elas. Vê nesta figura histórica apenas o seu agir no sentido de restaurar uma ordenação primeira,

edênica – que também poderíamos caracterizar como *antiga*, para empregar um adjetivo arraigadamente pessoano.

Tal fato ocorre não só relativamente ao Infante de Sagres mas a todas as demais personagens pinçadas pelo poeta da História de Portugal. Diferentemente da voz épica de Camões que, em seu afã renascentista de tudo referir, refere tanto ações moralmente boas quanto más no retratar os protagonistas históricos, a voz épica da *Mensagem* omite, por exemplo, a luta entre D. Affonso Henriques e sua mãe, D. Tareja. Esta é vista como um ser sublime, agora pertencente à eternidade, como um ser a quem se pode rezar, que tem poder de intercessão junto de Deus, o Senhor absoluto da História. Da personagem que os livros de História nos legaram, só se aproveitou o fato de ela ter sido a matriz da primeira dinastia de Portugal: “Ó mãe de reis e avó de impérios,/ Vella por nós!” (Quarto/D. Tareja). À voz épica pessoana não interessa que D. Tareja tivesse preferido ver seu amante no trono português ao invés de seu filho, que tivesse conspirado nesse sentido. As ações menos dignas e até indignas, tanto de D. Tareja enquanto mãe como de Affonso Henriques enquanto filho, são ignoradas. A “santidade” da figura histórica não lhe advém de méritos individuais; a pessoa em si não interessa. Interessa, apenas, a sua função no *processo* da História, o que, sem dúvida alguma, é hegeliano. Em reforço ao dito, lembremos que, por exemplo, nem a figura da esposa de D. Dinis, a Rainha Santa Isabel, nem a trágica figura de D. Inês de Castro são chamadas para o poema. Em sua leitura da História pátria, elas não desempenham uma função fundamental.

Afinal, é disto mesmo que se trata: da leitura peculiar que o ortônimo propõe para a História de Portugal. Para Fernando Pessoa, a História é sempre interpretação. Ele diz algures, em sua prosa, que não há fatos mas só interpretações. E a interpretação que o ortônimo propõe para a História nacional, integra-a numa História da Salvação.

Seu conceito de História como História da Salvação não se restringe à de sua pátria; como é compreensível, ele abrange a História universal. Esta nada mais é que o caminho traçado por Deus para que o mundo retorne à sua primeira condição, as linhas

tortas por meio das quais Deus escreve direito, servindo-se da co-  
operação de suas criaturas.

Este Deus que, em *Mensagem*, governa o mundo ao ritmo da tríade dialética hegeliana: depois da tese – identificada na heróica aventura da *possessio maris* – a antítese da decadência durante a dinastia dos Bragança (que, no poema pessoano, nem merece ser nomeada) e o anúncio do advento da síntese, “É a Hora!”. Uma Hora que é anunciada como presente, mas cujo cumprimento não é pontual e sim processual. A Hora chegada, nessa visão hegeliana, muito provavelmente levará séculos para cumprir-se. Não se leia ingenuamente o anúncio do verso final.

Involuntariamente talvez, o ortônimo concorda com a visão judeu-cristã de que este mundo tem necessidade de salvação. Sua visão da História, quer portuguesa, quer europeia, quer universal, acaba sendo a de uma História da Salvação. Ela é prenhe de conflitos e de paradoxos que, em sua visão dialética, são perfeitamente lógicos. Poderíamos mesmo dizer, parafraseando livremente o grande místico do século XVII, que o coração divino tem suas razões que a razão humana desconhece.

Voltemos, agora, nossa atenção para as “profecias” contidas em *Mensagem*, no poema “À memória do Presidente-Rei Sidônio Pais” e no assim chamado [*Quinto Império*]. Interessa, sobretudo, compreender bem o papel designado por Deus para Portugal no final dos tempos, na *parusia* ou segunda vinda do Ungido, ou Cristo ou Messias. Antes, porém, de avançar mais nesta direção, recordemos uma colocação de Fichte, datada de 1813, o ano anterior ao da sua morte:

Tem que chegar o tempo em que todo o gênero humano que povoa a terra se veja compreendido sob um único Estado cristão, intimamente unido, que, em uma empresa comum, domine a natureza e então faça sua entrada na esfera superior de uma vida distinta. (Fichte apud Pérez, 1986, p.198)

Tal “profecia” idealista não assenta como uma luva aos poemas nacionalistas do ortônimo? À *Mensagem*, principalmente?

Segundo o que se depreende dos poemas acima citados, esse Ungido será um “Galaaz com pátria”, que erguerá “seu gládio

ungido”, “Excalibur do Fim”, para consumir a unidade final do “mundo dividido”; será um Galaaz português. Sendo assim, o povo português é o novo povo escolhido da História da Salvação e penso poder ser esse o significado da epígrafe que preside a todo o poema *Mensagem: Benedictus Dominus Deus Noster Qui Dedit Nobis Signum*.

O sinal foram as Navegações no que tiveram de ação co-rendentora; o sinal foi a morte de D. Sebastião e a decorrente derrocada do Império. O povo português, despojado de seus motivos de glória, povo que passou por uma paixão, à semelhança do Verbo de Deus encarnado, é um povo que está “no auge da suprema prova” (Terceiro/*O Desejado*). Precisamente este é que é o sinal de sua eleição. Parece-me ser assim que ele lê a História de sua pátria e, por isso, convida a que se “diga bem” (*Benedictus*) do Senhor Nosso Deus. Será, pois, no seio de seu povo “penitente” que o “Encoberto” deverá retornar.

A crença cristã na segunda vinda de Jesus Cristo por ocasião do juízo final, a *parusia*, segundo a peculiar interpretação que o ortônimo parece dar à História, ocorrerá de algum modo vinculada a Portugal; será uma *parusia* portuguesa. Esse “Christo/De a quem morreu o falso Deus” e que virá despertar “A Nova Terra e os Novos Céus” (poema Terceiro) deverá ser português. Portugal, segundo se depreende do poema *Mensagem*, só se “cumprirá” quando tal ocorrer; só então reverter-se-á completamente sua História de perdas e humilhações. Só então o mundo poderá contemplar a grandeza de sua eleição. Daí a prece: “Senhor, falta cumprir-se Portugal!”.

Obviamente, essa não é uma crença professada pela Igreja Católica. Sob o ponto de vista da ortodoxia, trata-se de uma crença herética. Fernando Pessoa, porém, declarara-se, no último ano de sua vida, “cristão gnóstico”, o que está muito de acordo com sua visão hegeliana da História. Na poesia ortônima, apropriou-se do mito sebastianista para, através dele, veicular sua esperança messiânica nacionalista. O criador de mitos que declarou um dia querer ser, ele o foi de fato. Sua palavra final acabou sendo o anúncio de que a Hora da *parusia* era já chegada: ... *o futuro é já presente/ Na visão de quem sabe ver [Quinto Império]*.

Curiosamente, o Fernando Pessoa jovem, que, na máscara de ortônimo ou na de outros como António Mora, Ricardo Reis, Alberto Caeiro ou Charles Robert Annon invectivara o cristianismo, batizando-o com o pejorativo nome de “cristismo”, com o correr dos anos, acaba também seduzido pela pessoa de Jesus Cristo. O poema encontrado sem título no Espólio pessoano por Maria Aliete Galhoz, e por ela intitulado [Quinto Império], termina com a seguinte estrofe:

Aquella inteiro Portugal,  
Que, universal perante a Luz,  
Resa, ante a Cruz universal,  
Ao Deus Jesus.

A redação primeira deste poema estava datada de 1923, mas o poema foi refeito em 1935 e recebeu a dupla data: 1923-1935. A ele poderiam igualmente calhar bem os títulos de *Juízo Final* ou *Parusia*, e é nele que o ortônimo põe a vibrar o “clarim” da convocação de toda a Humanidade para a adoração, em Portugal, de Jesus, reconhecido como Deus. *Portugal inteiro* é a denominação que recebe toda a *Humanidade*, redimida também pela paixão do novo povo eleito da História. Tal como o Mar recebeu o nome de *Mar Português*, porque foi comprado pelo magno preço das incontáveis *lágrimas de Portugal*, assim também a dolorosa paixão sofrida pelo português ao longo de sua História conquista-lhe o direito de poder chamar o Universo inteiro de Portugal.

Se o Quinto Império será a consumação dos tempos, o advento do Novo Céu e da Nova Terra será espiritual. Se é também português, não é descabido pensar que um dos aspectos de sua unidade será a língua portuguesa que passará a ser comum a todos. Reverter-se-á, então, a Babel das línguas. A língua que, por milênios, serviu para dividir, passará também a unir. A Redenção completa-se. O Quinto Império, neste sonho, não será apenas a comunidade dos países de expressão portuguesa; será a Humanidade toda, redimida, a exprimir-se em português. Como no texto evangélico, haverá *um só rebanho e um só pastor*, mas com a diferença de que esse pastor será um *Galaaz com pátria* (Terceiro/ *O Desejado*), *Sonho das eras portuguesas* (Terceiro) e *lusófono*.

Os poemas *Mensagem*, [*Quinto Império*] e *À memória do Presidente-Rei Sidônio Pais* fazem, portanto, uma leitura da História Portuguesa de abrangência máxima; mas, por outro lado, fazem uma leitura redutora da História Universal e, principalmente da História do Cristianismo e da Salvação. Que já não se diga Mundo mas Portugal, que já não se diga Humanidade mas portugueses: serão tais, para o ortônimo, o Novo Céu e a Nova Terra. Enquanto Portugal fica engrandecido, o cristianismo é apoucado; ao invés de catolicismo (isto é, universalidade), nacionalismo.

*Mensagem*, [*Quinto Império*] e o despretensioso poema “Liberdade”, também de 1935, acabam unindo-se em torno da pessoa messiânica de Jesus e constituindo uma profissão de fé do ortônimo. E é a hora de encerrar com o levantamento de uma questão: será que ainda devemos continuar considerando o ortônimo uma máscara em pé de igualdade com as demais personagens do “drama em gente”? ou será que já não é a hora de vermos nele uma expressão privilegiada do próprio Fernando Pessoa?

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMÕES, L. V. de. *Rimas*. Coimbra: Atlântida, 1973.
- GÁRCEZ, M. H. N. *Mensagem*: profissão de fé poética. In: ENCONTRO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS DE LITERATURA PORTUGUESA, 15, SEMINÁRIO DE ESTUDOS LITERÁRIOS, 4, 1994, Assis. *Anais...* São Paulo: Arte & Cultura, Assis: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 1994. v.1, p.45-56.
- NUNES, J. J. *Crestomatia arcaica*. 7.ed. Lisboa: Clássica, 1970.
- PÉREZ, R. G. *História básica da filosofia*. São Paulo: Nerman, 1986.
- PESSOA, F. *Obra poética*. 4.ed. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Ed., 1972.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem*. Poemas esotéricos. Edição crítica coord. por J. A. Seabra. Madrid: Archivos, CISC, 1993.
- RAMALHO, A. da C. O globo mundo em sua mão. *Colóquio-Letras (Lisboa)*, n.17, 1962.

## A PÁTRIA DE INÊS DE CASTRO

HAQUIRA HOSAKABE<sup>1</sup>

Devo a Carolina Michaëlis de Vasconcelos a idéia deste ensaio, inspirado que fui pela leitura de seu livro *A saudade portuguesa*. Nele, a ilustre pesquisadora analisa, do ponto de vista filológico e filosófico, a palavra “saudade”, observando até onde, de fato, esta palavra vem responder a uma motivação de ordem cultural, isto é, até onde se pode pensar numa legitimidade lusitana dessa palavra e dos sentimentos que ela representa.

No entanto, embora se conceda à incursão filológica da autora o devido peso, não deixa de intrigar o fato de que seu ponto de partida ao discutir a “saudade” tenha sido o episódio de Inês de Castro. Gomes Ocerim – filólogo espanhol – teria indagado a pesquisadora sobre o *intermezzo* da peça *Reinar depois de morrer*, de Luiz Velez de Guevara, que teria como mote: “Saudade minha, quando te veria”.

Tomando como tarefa incursionar no sentido e nas incidências históricas e culturais daquela palavra, a fim de elucidar-lhe a

<sup>1</sup> Departamento de Teoria Literária – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – Campinas – SP.